

18/03/2007

INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, seu nome e número de inscrição. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o Caderno de Prova. Após a autorização, confira com atenção o cargo correspondente à sua inscrição.
3. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos Fiscais.
4. Esta prova é composta por **100 questões objetivas**.
5. Ao receber o Cartão de Respostas, examine-o e verifique se os dados nele impressos correspondem aos seus. Caso haja alguma irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal.
6. A **prova objetiva** é composta por questões de múltipla escolha, em que há **somente uma** alternativa correta. Transcreva para o Cartão de Respostas o resultado que julgar correto em cada questão, preenchendo o retângulo correspondente com caneta de tinta preta.
7. No Cartão de Respostas **anulam a questão**: a marcação de mais de uma alternativa em uma mesma questão, rasuras e preenchimento além dos limites do retângulo destinado para cada marcação. Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro de preenchimento.
8. Será permitida consulta à legislação, desde que editada em livro sem qualquer anotação, comentário, apontamento, jurisprudência ou súmulas dos Tribunais. As páginas dos códigos contendo súmulas e exposições de motivos devem estar grampeadas. É vedada a utilização de material impresso ou fotocopiado, exceto em relação às leis estaduais mencionados no programa de disciplinas expostas no Anexo III do Edital. Todo material será objeto de fiscalização.
9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal. **Aguarde autorização para devolver, em separado, o Caderno de Prova e o Cartão de Respostas, devidamente assinados.**
10. O tempo para o preenchimento do Cartão de Respostas está contido na duração desta prova.

PROCURADOR

DURAÇÃO DESTA PROVA: 5 HORAS

LOCAL-SALA-CARTEIRA	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
---------------------	---------------------	-------------------

ASSINATURA DO CANDIDATO

Transcreva abaixo o gabarito, dobre na linha pontilhada e destaque cuidadosamente.

RESPOSTAS																								
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100

O gabarito preliminar e as questões da Prova Objetiva estará disponível, a partir das 18 horas do primeiro dia útil após a aplicação da Prova Objetiva, no endereço eletrônico www.cops.uel.br .

1) Um juiz estadual, ao realizar controle difuso e concreto de constitucionalidade, pode:

- a) Deixar de aplicar normas estaduais, municipais ou federais, por entender que as normas são incompatíveis com a Constituição do Estado.
- b) Deixar de aplicar normas estaduais, municipais ou federais, por entender que as normas são incompatíveis com a Constituição Federal.
- c) Deixar de aplicar apenas normas estaduais ou municipais, por entender que as normas são incompatíveis com a Constituição Federal.
- d) Deixar de aplicar apenas normas estaduais ou federais, por entender que as normas são incompatíveis com a Constituição do Estado.
- e) Deixar de aplicar apenas normas estaduais ou federais, por entender que as normas são incompatíveis com a Constituição Federal.

2) Para a intervenção da União em Estado-Membro, em caso de recusa à execução de lei federal:

- a) É preciso que o Supremo Tribunal Federal dê provimento à representação do chefe do Ministério Público da União.
- b) É preciso que o Superior Tribunal de Justiça dê provimento à representação do chefe do Ministério Público do Estado.
- c) É preciso que o Supremo Tribunal Federal dê provimento à representação do Procurador-Geral do Estado.
- d) É preciso que o Superior Tribunal de Justiça dê provimento à representação do Procurador-Geral do Estado.
- e) É preciso que o Superior Tribunal de Justiça dê provimento à representação do Procurador-Geral da República.

3) Quais os requisitos para que possa haver interceptação de comunicação telefônica?

- a) Ordem judicial, previsão legal, investigação fiscal ou instrução processual.
- b) Previsão legal, investigação criminal ou instrução processual penal e ordem da autoridade policial.
- c) Previsão legal, investigação criminal ou instrução processual penal e ordem judicial.
- d) Previsão legal, procedimento administrativo previamente instaurado e ordem judicial.
- e) Previsão legal, investigação parlamentar e requisição do Ministério Público.

4) É correto afirmar, a respeito da seguridade social:

- a) Que o direito à saúde é universal e contributivo, enquanto os direitos à previdência e à assistência social são voltados aos necessitados, independentemente de contribuição.
- b) Que o direito à saúde é universal e acessível a todos, o direito à assistência social é voltado aos necessitados contribuintes e o direito à previdência é de caráter contributivo no regime geral e de caráter universal na modalidade de previdência privada.
- c) Que o direito à saúde é universal e regionalizado, enquanto o direito à assistência social é local e voltado aos necessitados, e o direito à previdência social depende da adesão voluntária ao plano de filiação.
- d) Que o direito à saúde é acessível a todos, enquanto o direito à assistência social e o direito à previdência social são regidos pelos princípios da gratuidade e da filiação obrigatória.
- e) Que o direito à saúde é acessível a todos, enquanto o direito à assistência social é voltado aos necessitados e o direito à previdência social é restrito aos contribuintes.

- 5) **A respeito de um tratado internacional sobre direitos humanos aprovado em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, pode-se dizer que:**
- Esse tratado prevalece em caso de conflito com lei ordinária.
 - A Constituição deferiu competência exclusiva ao Congresso Nacional e esse tratado não pode ser celebrado pelo Presidente da República.
 - Esse tratado é automaticamente incorporado ao Direito interno, independentemente de celebração.
 - Esse tratado cede em caso de conflito com lei complementar.
 - O Presidente da República deverá denunciá-lo.
- 6) **A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a competência dos Estados-Membros em relação a(à):**
- Legislação sobre bingos e outros sorteios.
 - Legislação sobre trânsito.
 - Serviço funerário.
 - Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
 - Horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- 7) **Quando o Supremo Tribunal Federal aceitou julgar a (in)constitucionalidade de emenda constitucional que instituiu o IPMF - imposto provisório sobre a movimentação ou a transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (ADI 939-7/DF), verificou-se a seguinte situação:**
- Limitação ao poder constituinte derivado.
 - Limitação ao poder constituinte originário.
 - Limitação à lei ordinária.
 - Limitação à lei complementar.
 - Limitação à jurisdição constitucional.
- 8) **Não se insere no quadro das modalidades de controle sobre o Poder Judiciário:**
- A fiscalização contábil, financeira e orçamentária pelo Tribunal de Contas.
 - A atuação do Conselho Nacional de Justiça.
 - A previsão de um Estatuto da Magistratura.
 - A autonomia funcional e administrativa das Defensorias Públicas Estaduais.
 - A fixação de um teto (limite) remuneratório.
- 9) **Ao entender que a Emenda Constitucional 52/2006, que afastava a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal (coligações partidárias eleitorais), não podia ser aplicada às eleições que aconteceriam no próprio ano de 2006 (ADI 3.685/DF), o Supremo Tribunal Federal fez valer, dentre outros direitos fundamentais:**
- A liberdade de religião.
 - O devido processo legal.
 - A anterioridade tributária.
 - A isonomia de gênero.
 - A separação de poderes.

- 10) **Qual a característica do regime dos direitos fundamentais em foco, quando se decide que um indivíduo não pode ser sumária e arbitrariamente excluído dos quadros associativos de entidade não-estatal a que estava associado (STF, RE 158.215/RS; RE 201.819/RJ)?**
- a) Impossibilidade de restrição.
 - b) Irrenunciabilidade.
 - c) Universalidade.
 - d) Economicidade.
 - e) Eficácia irradiante ou horizontal.
- 11) **Se um secretário municipal é suspeito de improbidade administrativa, por ato que causou prejuízo ao erário estadual, que papel institucional pode ser desempenhado pela Procuradoria-Geral do Estado?**
- a) Oferecer denúncia por crime contra a Administração Pública.
 - b) Promover a ação civil pública por ato de improbidade administrativa.
 - c) Promover a defesa do órgão estadual lesado e do agente público envolvido.
 - d) Encaminhar o procedimento disciplinar ao Tribunal de Contas da União.
 - e) Processar o agente público por crime de responsabilidade.
- 12) **São mecanismos de uniformização do controle de constitucionalidade brasileiro:**
- a) A reclamação e a súmula vinculante.
 - b) O controle difuso e o mandado de injunção.
 - c) O foro especial por conta do cargo, nas infrações penais comuns.
 - d) A argüição de descumprimento de preceito fundamental e o habeas data.
 - e) O mandado de segurança individual e o mandado de segurança coletivo.
- 13) **Assinale a alternativa incorreta:**
- a) A Constituição de 1988 possui princípios implícitos e explícitos que se aplicam à Administração Pública, sobretudo aqueles constantes do seu artigo 37.
 - b) Os atos administrativos discricionários são aqueles em que a autoridade administrativa está livre para fazer a escolha que melhor atenda às razões do Estado.
 - c) A depender do caso concreto, é possível à Administração Pública firmar contratos de direito privado.
 - d) A revogação do ato administrativo dá-se naquelas hipóteses em que o ato é válido, mas não persiste no atendimento à conveniência e oportunidade administrativas.
 - e) A Administração Pública pode anular os seus próprios atos. Porém, nos casos em que o ato administrativo tenha gerado direitos a pessoas privadas, a anulação deve ser precedida do devido processo legal.
- 14) **Assinale a alternativa correta:**
- a) Na medida em que o artigo 1º da Lei 8.666/1993 consigna que ela “estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos”, todos os seus preceitos são de aplicação obrigatória pela Administração Pública federal, estadual e municipal.
 - b) O princípio da responsabilidade objetiva do Estado aplica-se unicamente aos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta.

- c) As atividades econômicas qualificáveis como serviços públicos não são apenas aquelas trazidas expressamente no texto constitucional, pois outros podem ser criados pela legislação ordinária.
- d) A extinção dos atos administrativos dá-se em cinco hipóteses: anulação, revogação, convalidação, atingimento de sua finalidade e caducidade.
- e) A licitação para a concessão de serviço público deve ser sempre feita na modalidade da concorrência, em atendimento ao artigo 2º, inciso II, da Lei 8.987/1995.

15) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os consórcios públicos têm personalidade jurídica própria, pois deverão ser constituídos sob a forma de associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
- b) Os consórcios públicos têm natureza jurídica diversa daquela dos convênios de cooperação celebrados entre as pessoas políticas.
- c) A aposentadoria compulsória aos setenta anos assegura ao servidor público provimentos integrais, independentemente do tempo de contribuição.
- d) A Lei 8.666/93 adota quatro critérios (“tipos de licitação”) de julgamento das licitações: i) menor preço; ii) melhor técnica; iii) de técnica e preço; iv) maior lance ou oferta.
- e) A teoria dos motivos determinantes significa a vinculação do agente público às razões por ele apresentadas para a prática do ato administrativo.

16) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A Constituição de 1988, com a redação dada pela EC 32/2001, autoriza o Presidente da República a emanar regulamentos autônomos no que diz respeito à organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- b) A avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade é condição para a aquisição da estabilidade pelo servidor público.
- c) A Lei 8.987/1995 prevê que as concessões de serviço público devam sempre ter tempo de duração determinado, porém autoriza a prorrogação do prazo originalmente fixado.
- d) No Direito Administrativo disciplinar, caso a autoridade superior presencie a prática do ato ilícito por parte de servidor público subordinado, deverá, com base na teoria da verdade sabida, aplicar a sanção administrativa sem a necessidade da instalação do processo administrativo.
- e) No direito brasileiro, para a criação de cargos públicos na Administração direta e autárquica, a iniciativa do processo legislativo é exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

17) Assinale a alternativa correta:

- a) A homologação, feita pelo Presidente do Tribunal, de uma licitação para a construção de um prédio para o Tribunal de Justiça do Estado tem a natureza jurídica de um ato administrativo.
- b) As decisões do Conselho de Contribuintes são típicos atos administrativos complexos, controláveis pela via do mandado de segurança.
- c) O regulamento é um ato administrativo geral e abstrato que se aplica com exclusividade aos servidores públicos subordinados à autoridade que o emanou.
- d) Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 8.666/1993, desde que o faça nos três dias úteis anteriores à data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- e) O provimento derivado de cargos públicos pressupõe um vínculo anterior do servidor com a Administração Pública e se dá unicamente nas hipóteses de promoção e de transferência.

18) O artigo 25 da Lei 8.666/1993 preceitua a inexigibilidade de licitação quando houver inviabilidade de competição. Dentre as hipóteses previstas, está a de contratação de serviços técnicos enumerados no artigo 13 da Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização. Em vista essa previsão (e demais dispositivos legais), assinale a alternativa correta:

- a) Para que se caracterize a singularidade, é imprescindível que exista apenas um profissional com a qualificação adequada para a prestação daquele serviço técnico.
- b) O rol de serviços enumerados no artigo 13 é exemplificativo, comportando interpretação extensiva.
- c) Não é válida a contratação direta de profissional de advocacia para a defesa dos interesses do Estado em ações judiciais complexas, ainda que excepcionais.
- d) Em atendimento ao princípio da eficiência, é válida a contratação de escritórios de advocacia para o atendimento de questões que, não obstante simples, envolvam um grande número de ações.
- e) As sociedades de economia mista, submetidas que são ao regime de Direito Privado, podem realizar contratações diretas para quaisquer serviços advocatícios.

19) Assinale a alternativa correta:

- a) A ação de improbidade administrativa só pode ser proposta pelo Ministério Público, pela pessoa jurídica interessada ou por associação regularmente constituída que tenha como finalidade institucional a proteção ao patrimônio público.
- b) Pelo princípio da simetria, na medida em que a nomeação para cargo em comissão é de provimento *ad nutum*, o mesmo se dá quanto à exoneração e à demissão pelo cometimento de infração disciplinar, sendo dispensável em ambos os casos a instalação de processo administrativo.
- c) As parcerias público-privadas são apenas mais uma espécie de concessão de serviço público, idêntica à regida pela Lei 8.987/1995.
- d) Para os fins do mandado de segurança, o ato qualificado como coator pode ser tanto um ato comissivo como um ato omissivo da autoridade impetrada.
- e) O controle externo realizado pelos Tribunais de Contas deve ser exercido apenas sobre a legalidade das despesas públicas, pena de invasão do mérito de atos administrativos.

20) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Viola o princípio da impessoalidade o concurso público de provas e títulos que contenha uma avaliação psicológica realizada em caráter subjetivo e sigiloso, sem a possibilidade de recursos contra o laudo.
- b) Na concessão de serviço público, o Poder Público transfere por prazo certo ao particular sagrado vencedor no processo licitatório a titularidade do serviço, para que este possa desempenhá-lo de forma eficiente, nos termos da legislação e do edital de licitação.
- c) A noção de “poder de polícia” é ligada à idéia de limitações à liberdade e à propriedade das pessoas privadas.
- d) Tombamento é um ato administrativo de natureza constitutiva, pelo qual a Administração Pública, depois de verificar por meio técnico e legítimo a necessidade de ser conservado determinado imóvel em vista do seu valor (artístico, histórico, cultural), determina a sua preservação e o seu registro no respectivo Livro do Tombo.
- e) Os terrenos de marinha não são apenas aqueles banhados pelas águas do mar, mas também os banhados pelas águas dos rios navegáveis, desde que atendam às exigências previstas em lei.

21) Assinale a alternativa correta:

- a) Para a formação de um consórcio público, é necessária a celebração prévia de um ato constitutivo consorcial, que deverá ser transformado em lei por cada uma das pessoas políticas envolvidas, para depois serem constituídas as respectivas autarquias, as quais serão unidas em seu funcionamento comum consorcial.
- b) Não cabe mandado de segurança contra ato praticado por dirigente de sociedade de economia mista que, em procedimento de licitação, retifica a adjudicação do contrato, a fim de atribuí-lo ao segundo colocado.
- c) Não obstante a rescisão do contrato administrativo devido à inadimplência do contratado ser um ato administrativo unilateral, é necessário que ela seja antecedida do devido processo legal e que seja fundamentada.
- d) A requisição é o ato administrativo pelo qual a Administração pode, em casos de perigo público excepcional e iminente, usar de propriedade particular, sem que isso gere direito a qualquer indenização.
- e) As empresas estatais que desempenhem atividade econômica de relevante interesse público podem receber auxílios públicos, sobretudo incentivos e subsídios fiscais.

22) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A Administração Pública responde pelos danos materiais e morais causados por seus agentes quando do exercício da função administrativa.
- b) Caso o regulamento administrativo cause efeitos concretos e imediatos ao direito líquido e certo de pessoa determinada, contra ele é cabível o ajuizamento de mandado de segurança.
- c) Contratos de gestão são apenas aqueles instrumentos bilaterais celebrados entre órgãos públicos ou entre órgãos e entidades públicas, com a finalidade de estabelecer metas de desempenho e ampliar a respectiva autonomia gerencial, orçamentária e financeira.
- d) O Poder Público pode desistir a qualquer tempo da ação de desapropriação, independentemente da anuência do expropriado, desde que não esteja findo o processo.
- e) A delegação administrativa é uma forma de desconcentração da Administração, através da qual um órgão administrativo, superior na escala hierárquica, motivadamente transfere a um órgão inferior (subordinado ou não), de forma eminentemente precária e por tempo limitado, parcela certa e definida de sua competência.

23) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Caso o servidor público formule pedido de aposentadoria, tem ele o direito de se retratar e desistir do pleito, desde que o faça antes da publicação do ato que defere a aposentadoria.
- b) Os julgamentos dos processos administrativos devem ser antecedidos pela publicação das respectivas pautas, dando-se ciência aos interessados, em cumprimento ao princípio da publicidade.
- c) Mesmo depois de iniciada a licitação, qualquer alteração do edital que provoque reflexo nas propostas já apresentadas exige a divulgação pela mesma forma e prazo que se deu ao texto original.
- d) Ainda que o processo administrativo envolva uma questão de elevada complexidade técnica e jurídica, cabe com exclusividade ao interessado avaliar subjetivamente se instalará a defesa técnica, não se exigindo da Administração qualquer providência ou alerta nesse sentido.
- e) O chamado desvio de função horizontal ocorre na hipótese de o servidor ser nomeado e investido em um cargo público e depois passar a desempenhar funções inerentes a outro, mediante ato que o designa para tanto.

24) Assinale a alternativa correta:

- a) Desconcentrar é repartir as competências e os encargos atribuídos a uma pessoa administrativa, mediante a criação de outra pessoa jurídica que será submetida a controle tutelar (ou hierárquico impróprio) por parte da Administração central.
- b) Lei estadual que conceda a servidor inativo gratificação correspondente a férias (“terço de férias”) ofende os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, podendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
- c) Os atos administrativos discricionários são insuscetíveis de controle judicial, devido ao princípio da separação e independência entre os Poderes do Estado.
- d) Autarquias são pessoas jurídicas de Direito Público interno, criadas e instituídas por lei, com o objetivo de desenvolver atividades administrativas típicas ou atividades econômico-empresariais de interesse público.
- e) O ordenamento jurídico brasileiro prestigia o regulamento autônomo, cuja função é a de suprir as lacunas normativas nos casos de omissões legislativas.

25) Analise os enunciados abaixo:

- I. A lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito sempre que seja expressamente interpretativa.**
- II. Os princípios gerais de direito privado são utilizados para definir os efeitos tributários dos seus institutos, conceitos e formas.**
- III. As causas de exclusão do crédito tributário admitem interpretação extensiva.**
- IV. A lei tributária não pode alterar o alcance de institutos de direito privado utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição da República.**

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) III e IV.
- d) II e IV.
- e) II e III.

26) Com referência às seguintes proposições, e considerando a jurisprudência predominante nos Tribunais Superiores:

- I. ICMS pode ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.**
- II. Nas operações com cartão de crédito, os encargos relativos ao financiamento devem ser considerados no cálculo do ICMS.**
- III. O fornecimento de mercadorias com a simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.**
- IV. Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.**

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) I, III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) Somente II e III.
- d) II, III e IV.
- e) Somente II e IV.

27) Considere as proposições abaixo:

- I. Os diretores e gerentes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de infração de lei.
- II. A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outro estabelecimento comercial e continuar a respectiva exploração responde pelos tributos devidos por aquele, até a data do ato, sempre de forma subsidiária.
- III. Na solidariedade passiva tributária, o pagamento do débito efetuado por um dos obrigados não desonera os demais devedores.
- IV. O espólio responde pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha.

É(são) correta(s) a(s) seguinte(s):

- a) Somente a I.
- b) I e II.
- c) Somente a II.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

28) Assinale a alternativa correta – Compete aos Estados instituir:

- a) Taxas sobre o serviço de coleta de lixo.
- b) IPVA, ICMS, ITBI e ITCMD.
- c) Contribuição para custeio da previdência de seus servidores.
- d) Taxa sobre a emissão de passaporte.
- e) ICMS, ISSQN, IPVA e ITBI.

29) Com relação ao ICMS, pode-se afirmar que:

- I. A isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação: acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- II. Nas operações interestaduais com energia elétrica que tenham como destinatário o consumidor final, o imposto incidente será devido no Estado de origem.
- III. O Senado Federal pode estabelecer alíquotas máximas para as operações internas, em qualquer situação.
- IV. Nos termos de legislação complementar, somente darão direito a crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento nele entradas a partir de 01 de janeiro de 2011.
- V. Na substituição tributária, a base de cálculo será o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído quando se tratar de operações ou prestações antecedentes ou concomitantes.

Estão corretas as proposições:

- a) I, II e IV.
- b) I, IV e V.
- c) II, IV e V.
- d) III, IV e V.
- e) II, III e IV.

30) Assinale a alternativa correta:

- a) Anistia constitui hipótese de extinção do crédito tributário.
- b) Na esteira da jurisprudência dominante, os prazos de recolhimento de um tributo somente podem ser estabelecidos e alterados por meio de lei.
- c) Nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, o prazo para homologação será de 5 (cinco) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, em qualquer situação.
- d) O Fisco pode efetuar lançamento de ofício quando houver omissão do sujeito passivo ao realizar atividades compreendidas no lançamento por homologação.
- e) O parcelamento do débito fiscal sempre exclui a incidência de multas, mas não a incidência de juros.

31) Analise os seguintes enunciados:

- I. Somente em caso de interesse social relevante poderá o Estado-Membro conceder isenção de tributo municipal.**
- II. Conforme jurisprudência do STF, os Estados e Municípios estão imunes ao pagamento do “Imposto sobre Operações Financeiras” sobre suas aplicações financeiras.**
- III. A natureza jurídica específica de um tributo é dada pelo cotejo entre o seu “fato gerador” e a sua base de cálculo.**
- IV. Os Estados-Membros são imunes ao pagamento de taxas municipais.**
- V. O princípio da anterioridade nonagesimal não se aplica para a fixação da base de cálculo do IPVA.**

Dentre as proposições acima, está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s):

- a) Todas estão corretas.
- b) I, II e V.
- c) II, III, IV e V.
- d) Somente II, III e IV.
- e) I, III e IV.

32) Assinale a alternativa incorreta – É condição para o recebimento de transferência voluntária:

- a) A observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária.
- b) A instituição, previsão e efetiva arrecadação, pelo Município, de todos os seus impostos.
- c) Que o Estado reduza, no prazo estabelecido em lei, a despesa total com pessoal.
- d) Comprovação do cumprimento da legislação ambiental.
- e) A comprovação da existência de previsão orçamentária de contrapartida.

33) Leia com atenção os enunciados abaixo:

- I. A concessão de aumento de remuneração de pessoal da Administração direta prescinde de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.**
- II. Os servidores estáveis da Administração direta do Estado poderão ser exonerados, para que o Estado se ajuste aos limites de despesa de pessoas previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo a indenização corresponder à remuneração equivalente a dois meses por ano de serviço.**

III. Do limite estabelecido para a despesa total com pessoal do Estado não é computada a despesa com inativos, custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuições do segurado.

IV. O limite máximo de despesa com pessoal do Poder Executivo Estadual é de 49% (quarenta e nove por cento) do percentual da receita corrente líquida imposto por lei complementar aos Estados como teto máximo para esse tipo de despesa.

São verdadeiras as proposições:

- a) I, III e IV.
- b) Todas.
- c) Somente I e II.
- d) II, III e IV.
- e) Somente III e IV.

34) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A instituição de fundos de qualquer natureza pode ser realizada mediante decreto do Poder Executivo.
- b) O produto da arrecadação do imposto sobre a renda, incidente na fonte, sobre os vencimentos dos seus servidores, pertence ao respectivo Estado-Membro da federação que o retiver.
- c) Investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro deve ser incluído no plano plurianual, sob pena de responsabilidade de quem se omitiu.
- d) Depende de prévia autorização legislativa o remanejamento de recursos de um órgão para outro.
- e) Constitui exceção ao princípio da “não-afetação” a vinculação de receita do ICMS para a prestação de garantia à União.

35) Das proposições abaixo enunciadas:

- I. As pensões e benefícios previdenciários integram os créditos de natureza alimentícia para efeitos de pagamento de precatórios.**
- II. Os débitos de pequeno valor, como tais definidos em lei, originados de sentença judicial transitada em julgado, não se sujeitam à ordem cronológica para o seu pagamento.**
- III. Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites a que se sujeitam as operações de crédito.**
- IV. As dotações orçamentárias para o pagamento de precatórios são consignadas ao Poder Executivo, podendo o Chefe desse Poder autorizar o seqüestro de quantia necessária à satisfação do débito, em caso de preterimento do direito de preferência do credor.**

Está(ão) correta(s):

- a) Todas elas.
- b) I e IV.
- c) I, II e III.
- d) Somente a II.
- e) II, III e IV.

36) Assinale a alternativa correta:

- a) Compete à Lei de Diretrizes Orçamentárias fixar os critérios e a forma de limitação de empenho, a ser promovida em se verificando que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.
- b) O Tribunal de Contas poderá sustar, de imediato, contrato que repute irregular.
- c) A abertura de créditos extraordinários para atender a despesas imprevisíveis e urgentes será feita mediante decreto federal.
- d) Cabe ao Congresso Nacional autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse dos Estados e dos Municípios.
- e) Compete ao Tribunal de Contas alertar os Poderes que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 85% (oitenta e cinco por cento) do limite máximo permitido.

37) Assinale a alternativa correta:

- a) Por ser dotada de dignidade, estende-se à pessoa jurídica a aplicação de todos os direitos de personalidade reconhecidos ao ser humano.
- b) O Ministério Público é titular, em geral, de legitimidade para requerer a desconsideração da pessoa jurídica.
- c) Na hipótese de ser determinada a desconsideração da pessoa jurídica, deve-se providenciar a averbação de sua dissolução no registro onde seu ato constitutivo estiver inscrito.
- d) A decisão de desconsideração da pessoa jurídica, tal como previsto no Código Civil, permite apenas que os efeitos de certas e determinadas relações jurídicas alcancem o patrimônio dos sócios e, até mesmo, dos seus administradores.
- e) Em casos de abuso de personalidade, caracterizados pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, o magistrado tem poder para determinar, de ofício, a desconsideração da pessoa jurídica.

38) O Código Civil de 2002, ao tratar do plano da validade, determina que:

- a) A condição fisicamente impossível não invalida o negócio jurídico.
- b) O negócio jurídico nulo não convalesce, não pode ser confirmado, não pode ser ratificado e nem, tampouco, pode ser convertido substancialmente.
- c) Quando determinada conduta negocial é vedada pelo Código Civil sem que seja expressamente indicada sanção, aplica-se a anulabilidade do negócio jurídico.
- d) A disciplina das invalidades aplica-se, apenas e tão-somente, aos negócios jurídicos.
- e) Anulado o negócio jurídico, as partes serão restituídas ao estado anterior e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas.

39) Assinale a alternativa incorreta sobre a solidariedade passiva na relação jurídica obrigacional:

- a) Pode-se estipular a solidariedade passiva para dois devedores e, simultaneamente, a solidariedade passiva condicional para um terceiro devedor.
- b) O devedor solidário pode ter responsabilidade patrimonial ainda que, na relação jurídica obrigacional, não seja obrigado a cumprir qualquer prestação.
- c) Imputa-se o dever de indenizar perdas e danos apenas ao devedor solidário que for culpado pela impossibilidade da prestação, subsistindo para todos os demais o dever de pagar o equivalente.
- d) O credor pode renunciar a solidariedade quanto a alguns dos devedores solidários, mantendo a solidariedade em relação aos demais.
- e) O devedor solidário que cumpre a integralidade da prestação tem pretensão à restituição da quota proporcional dos demais co-devedores que, por sua vez, respondem solidariamente por essa obrigação.

40) Na cessão de crédito:

- a) O cedente, em geral, responde pela existência do crédito cedido.
- b) O cedente, em geral, responde pela solvência do devedor cedido.
- c) A responsabilidade do cedente nas hipóteses de insolvência do devedor cedido abrange o valor recebido do cessionário, os juros, bem como o dever de indenizar danos patrimoniais e extrapatrimoniais.
- d) O cessionário, antes do conhecimento da cessão pelo devedor cedido, não pode exercer os atos conservatórios de seus direitos.
- e) O crédito penhorado pode ser transferido pelo cedente conhecedor da constrição.

41) Sobre a boa-fé objetiva, é correto afirmar:

- a) Como cláusula geral, exige do magistrado uma especial atenção para a interpretação da intenção das partes no momento da celebração do contrato.
- b) Como cláusula geral, apresenta abertura normativa tanto para as hipóteses de aplicação como para as diferentes conseqüências decorrentes de seu descumprimento.
- c) Como cláusula geral, apresenta abertura normativa para as hipóteses de aplicação, porém tem por conseqüência certa a nulidade.
- d) Como cláusula geral, exige sua expressa estipulação em contrato para aplicação pelo Poder Judiciário.
- e) Como cláusula geral, somente pode ser aplicada mediante pedido expresso da parte interessada.

42) Sobre o inadimplemento das obrigações é incorreto afirmar:

- a) Na hipótese de inadimplemento absoluto, responde o devedor por perdas e danos, mais juros, atualização monetária e honorários advocatícios.
- b) Na hipótese de mora do devedor, perpetua-se a obrigação, permitindo que se impute ao devedor a responsabilidade pela impossibilidade da prestação mesmo quando não houver sua culpa.
- c) Nas obrigações decorrentes de ato ilícito extracontratual, constitui-se o devedor em mora independentemente de interpelação, judicial ou extrajudicial.
- d) Na hipótese de inadimplemento relativo, a parte inocente pode opor a exceção do contrato não cumprido.
- e) Na hipótese de inadimplemento absoluto de um contrato sinalagmático, pode-se exigir do descumpridor a prestação do equivalente adicionado às perdas e danos, independentemente do cumprimento da correspectiva prestação devida pela parte inocente.

43) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos contratos por adesão são nulas as cláusulas de renúncia a um direito resultante da natureza do negócio.
- b) Nos contratos de compra e venda aleatórios, sob a modalidade da *emptio spei*, o vendedor tem direito ao preço ainda que o objeto futuro não venha a existir.
- c) Ocorrendo vício redibitório, o prejudicado sempre pode exigir a resolução do contrato adicionada a uma prestação de perdas e danos.
- d) O alienante responde pela evicção, ainda que o bem tenha sido adquirido em hasta pública.
- e) A disciplina da resolução por onerosidade excessiva pode ser aplicável aos contratos não sinalagmáticos.

44) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice é anulável.
- b) Antes da entrega da coisa mutuada, mesmo após a assinatura do instrumento contratual, o contrato de mútuo é inexistente.
- c) Nem sempre a falta da forma escrita conduz à invalidade da doação.
- d) A falta de legitimação de uma das partes sempre resulta na nulidade do contrato de compra e venda.
- e) Na venda por consignação, o contratante consignatário é responsável por pagar o preço ao consignante caso a restituição da coisa torne-se impossível por fato a ele não imputável.

45) Sobre a disciplina do dever de indenizar é correto afirmar que:

- a) O Código Civil de 2002 não diferencia a imputação do dever de indenizar contratual e extracontratual.
- b) O incapaz para celebrar negócios jurídicos não tem capacidade para praticar ilícitos civis.
- c) O elemento da culpa pode servir para interpretação tanto sobre o dever de indenizar como sobre a quantificação do valor da indenização.
- d) Em regra, não há solidariedade passiva entre os autores e co-autores do dano.
- e) A ilicitude da conduta é indispensável para a configuração do dever de indenizar.

46) Assinale a alternativa correta:

- a) Pode-se diferenciar, no Código Civil de 2002 e na Constituição Federal de 1988, a função social da propriedade e a função social da posse.
- b) A presunção de que a propriedade é plena e exclusiva é absoluta.
- c) O registro de titularidade de um imóvel não pode ser desconstituído por defeitos decorrentes do título aquisitivo, ante a separação entre os planos obrigacional e real.
- d) O condômino que usufrui solitariamente o bem não necessita responder perante os demais pelos frutos percebidos.
- e) As hipotecas legais não necessitam de registro.

47) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002 reconhecem um direito geral à personalidade que não se confunde com os direitos de personalidade tipificados.
- b) Os direitos de personalidade podem ser protegidos mediante tutelas ressarcitórias e inibitórias.
- c) Os direitos de personalidade, uma vez que fundados na dignidade da pessoa humana, não admitem conflitos com outros direitos.
- d) O ato de disposição sobre um direito de personalidade pode ser revogado, sem prejuízo do dever de indenizar decorrente do comportamento contraditório.
- e) A violação do direito de imagem não exige a ocorrência de danos para ser tutelada.

48) Assinale a alternativa incorreta:

- a) O direito à indenização por danos extrapatrimoniais, como direito personalíssimo, não se transfere aos herdeiros após a morte do titular.
- b) A obrigação de entregar o principal, presumivelmente, não gera a obrigação de entregar as pertencas.
- c) A validade da assunção de dívida exige a anuência do credor.
- d) O cumprimento reiteradamente feito em local diverso do acordado presume a renúncia do credor quanto ao local previsto no contrato.
- e) A dação em pagamento exige acordo.

49) Julgue os itens a seguir:

- I. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a remessa necessária não possui natureza recursal e não pode ser decidida monocraticamente pelo relator.
- II. Não se aplica a remessa necessária nos casos em que a Fazenda Pública for autora de ação ordinária de valor superior a 60 salários-mínimos e o processo for extinto sem julgamento do mérito.
- III. Conforme o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não se aplica a remessa necessária aos embargos à execução opostos pela Fazenda Pública e julgados improcedentes, ainda que o valor controvertido seja superior a 60 salários-mínimos e a matéria não esteja sumulada.
- IV. Segundo jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, para aplicação da remessa necessária em mandado de segurança também incidem as limitações impostas pelos § 2º e 3º do artigo 475 do Código de Processo Civil.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) Somente os itens I e III estão corretos.
- b) Somente os itens II e IV estão corretos.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.
- d) Somente os itens III e IV estão corretos.
- e) Os itens I, II e III estão corretos.

50) Sobre o recurso extraordinário, é correto afirmar:

- a) Somente é cabível por contrariedade à Constituição Federal de 1988, não sendo possível apontar ofensa a texto já revogado.
- b) É cabível contra acórdão do Tribunal de Justiça que concede uma liminar. No entanto, ele ficará retido nos autos e somente será processado se a parte o requerer quando da decisão final do processo principal.
- c) Se o Tribunal de Justiça Estadual declarou a inconstitucionalidade de lei local, segundo a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cabe recurso extraordinário pela alínea “b” do inciso III do artigo 102 da Constituição Federal.
- d) O requerimento de processamento do recurso extraordinário retido não está condicionado à interposição de recurso extraordinário contra a decisão final.
- e) Para cumprir o requisito do prequestionamento, é sempre necessária a interposição de embargos de declaração contra a decisão recorrida.

51) Quanto à ação rescisória, aponte a alternativa correta:

- a) Segundo atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, havendo recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se em momentos e em tribunais diferentes, contando-se o prazo decadencial para a ação rescisória do trânsito em julgado de cada decisão.
- b) Apesar de ser cabível ação rescisória apenas contra decisão de mérito, é possível se apontar um *error in procedendo* como hipótese de rescindibilidade.
- c) Em caso de litisconsórcio, o prazo para propositura de ação rescisória é contado em dobro.
- d) A parte somente pode propor ação rescisória se houver previamente esgotado todos os recursos cabíveis no processo em que foi proferida a decisão que se pretende rescindir.
- e) A competência para julgar ação rescisória é sempre do órgão que proferiu a decisão rescindenda.

52) Consistem espécies de ações autônomas de impugnação de decisões judiciais, exceto:

- a) Ação rescisória.
- b) Mandado de segurança contra ato judicial.
- c) Embargos à execução.
- d) Suspensão de segurança.
- e) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

53) Assinale a proposição correta:

- I. Requerido o cumprimento de título executivo judicial contra a Fazenda Pública, esta poderá oferecer impugnação, no prazo de 15 dias.**
- II. Proposta execução fundada em título executivo judicial contra a Fazenda Pública, esta será citada para embargar, no prazo de 30 dias.**
- III. Cabe execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública.**
- IV. Segundo a atual jurisprudência do STJ, não se admite ação monitória contra a Fazenda Pública.**

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) Os itens I e III estão corretos.
- b) Os itens I e IV estão corretos.
- c) Os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens II e IV estão corretos.
- e) Os itens II, III e IV estão corretos.

54) Julgue os itens a seguir:

- I. Devidamente cientificada a Fazenda Pública da existência de execução fundada em título executivo judicial e escoado o prazo para se opor, serão penhorados tantos bens quanto bastem para satisfazer o crédito.**
- II. Tratando-se de direito disponível, é vedado ao juiz, nos autos de execução fiscal, reconhecer ex-officio a prescrição intercorrente do crédito tributário.**
- III. Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o prazo para oposição de embargos do devedor na execução fiscal conta-se da data da juntada aos autos do mandado cumprido.**
- IV. Somente se admite a exceção de pré-executividade após seguro o juízo.**

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) Todos os itens estão incorretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Os itens II e III estão corretos.
- e) Os itens II, III e IV estão corretos.

55) Assinale a alternativa correta:

- a) Concedida a antecipação da tutela de mérito *initio litis*, julgado improcedente o pedido quando da sentença, a apelação possui efeito suspensivo e a liminar continua vigendo até o julgamento da apelação.
- b) A fungibilidade entre a antecipação de tutela e cautelar prevista no § 7º do artigo 273 do CPC aplica-se também no sentido inverso: se a parte requerer a título de cautelar a antecipação de tutela, presentes os respectivos requisitos, é lícito o deferimento desta última.
- c) O ordenamento jurídico brasileiro veda a concessão de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública.
- d) A antecipação de tutela não pode ser requerida nem concedida após a prolação da sentença.
- e) A fim de evitar dano irreparável ou de difícil reparação, é lícito ao juiz conceder de ofício a antecipação de tutela.

56) Julgue os itens a seguir:

- I. O artigo 55 do CPC é aplicável nos casos de assistência simples e litisconsorcial.**
- II. O assistente litisconsorcial pode requerer produção de provas, ainda que o assistido tenha expressamente se manifestado de forma contrária.**
- III. Havendo litisconsórcio facultativo simples, não ocorre revelia se a defesa apresentada por um for comum a todos.**
- IV. Em caso de litisconsórcio passivo unitário, o reconhecimento do pedido por um deles formulado é ineficaz, inclusive em relação àquele que manifestou o reconhecimento.**

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- c) Somente os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Somente os itens II e III estão corretos.
- e) Somente os itens III e IV estão corretos.

57) Julgue os itens a seguir:

- I. A Fazenda Pública está dispensada do adiantamento dos honorários periciais, somente sendo responsável se, ao final, for vencida.**
- II. Havendo o indeferimento de prova pericial e transcorrido o prazo para recurso, o juiz não poderá posteriormente deferir a produção dessa prova em razão da preclusão *projudicato*.**
- III. Na ação popular há inversão do ônus da prova, cabendo ao réu demonstrar a incorrência de lesão ao patrimônio público.**
- IV. O sistema processual brasileiro não estabelece hierarquia das provas, exceto quando se tratar de prova legal.**

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Somente os itens I, III e IV estão corretos.
- c) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- d) Somente os itens I e IV estão corretos.
- e) Somente o item IV está correto.

58) Julgue os itens a seguir:

- I. Não se admite a desistência de ação ordinária após a prolação de sentença de mérito, ainda que haja a concordância do réu e a pendência de recurso de qualquer das partes.
- II. O reconhecimento do pedido por parte do réu pode ocorrer a qualquer tempo e grau de jurisdição, antes do trânsito em julgado da decisão.
- III. O falecimento do impetrante é caso de extinção do processo de mandado de segurança sem julgamento do mérito.
- IV. A extinção do processo sem julgamento do mérito por abandono da causa pelo autor exige prévio requerimento do réu.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Os itens I, II e IV estão corretos.
- c) Os itens II, III e IV estão corretos.
- d) Os itens I e III estão corretos.
- e) Os itens II e IV estão corretos.

59) Julgue os itens a seguir:

- I. Verificada a nulidade de um determinado ato processual, todos os atos praticados posteriormente a ele deverão ser tornados sem efeito.
- II. Constatando nulidade processual absoluta, o juiz é obrigado a declará-la de ofício, ainda que não tenha ocorrido prejuízo às partes.
- III. Tendo o tribunal constatado nulidade sanável no momento do julgamento da apelação, poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes.
- IV. A nulidade processual absoluta impugnada pela parte via agravo de instrumento e rejeitada pelo Tribunal de Justiça poderá ser posteriormente reconhecida no julgamento da apelação.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) Os itens II e III estão corretos.
- b) Os itens II, III e IV estão corretos.
- c) Os itens I e III estão corretos
- d) Os itens III e IV estão corretos.
- e) Os itens II e IV estão corretos.

60) Julgue os itens a seguir:

- I. Para configurar litispendência, é imprescindível que tanto a causa de pedir remota quanto a próxima sejam iguais nas duas ações.
- II. Em razão da *perpetuatio jurisdictionis*, criada uma Vara Especializada da Fazenda Pública na comarca, somente os novos feitos deverão ser propostos perante ela, permanecendo os anteriores tramitando nas respectivas varas de origem.
- III. A incompetência relativa deve ser alegada como preliminar na contestação.
- IV. É legítimo ao autor suscitar a incompetência absoluta do juízo.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) Somente os itens I e II estão corretos.
- b) Somente os itens II e IV estão corretos.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.
- d) Somente os itens I, II e IV estão corretos.
- e) Somente os itens I e IV estão corretos.

61) A Mata Atlântica, da mesma forma que a Floresta Amazônica brasileira, o Pantanal Mato-Grossense, a Serra do Mar e a Zona Costeira, constitui patrimônio nacional, nos termos do artigo 225, § 4º, da Constituição Federal. Com base neste comando constitucional, é lícito concluir que:

- a) Toda a sua área de abrangência constitui espaço territorial especialmente protegido, sendo a alteração e supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- b) Compete à Fazenda Nacional promover a desapropriação das propriedades particulares localizadas em sua área de abrangência, sem o que estará configurada hipótese de desapropriação indireta, já que o dever de defender e preservar o meio ambiente não pode ser imputado apenas à coletividade.
- c) O Poder Público está legitimado a estabelecer condições para a proteção e a utilização desse bioma, de modo a assegurar a manutenção e a recuperação da biodiversidade, vegetação, fauna e regime hídrico para as presentes e futuras gerações.
- d) É vedada a aquisição e conseqüente registro de imóveis localizados em sua área de abrangência por pessoas jurídicas de direito público externo, pois o comando constitucional destina-se a garantir a soberania nacional.
- e) Estamos diante de norma constitucional atécnica e desprovida de qualquer efetividade jurídica, pois é na própria Serra do Mar e na Zona Costeira que estão abrigados na quase totalidade os remanescentes do ecossistema que se pretende elevar à condição de unidade de conservação da natureza.

62) Assinale a alternativa correta:

- a) As áreas de preservação permanente e a reserva legal devem ser respeitadas em toda e qualquer propriedade privada.
- b) As áreas de preservação permanente e a reserva legal constituem limitações ao direito de propriedade passíveis de indenização pelo Poder Público que as instituiu.
- c) As áreas de preservação permanente e a reserva legal constituem reservas particulares do patrimônio natural.
- d) As áreas de preservação permanente e a reserva legal devem ser respeitadas em toda propriedade rural.
- e) A reserva legal deve ser averbada no registro de imóvel de toda propriedade urbana ou rural.

63) Assinale a alternativa correta:

- a) Desde 05/10/1988, o rol de co-legitimados para a propositura de ação civil pública em defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico passou a incluir também o cidadão no gozo de seus direitos políticos, nos termos do artigo 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal.
- b) O Estado, por sua Procuradoria Geral, poderá atuar ao lado do autor, na condição de litisconsorte ativo, em ação civil pública, desde que isso se afigure útil ao interesse público.

- c) Pode o cidadão propor ação popular em defesa do meio ambiente ou do patrimônio histórico, da mesma forma que pode o Estado, por sua Procuradoria Geral, ajuizar ação civil pública com idêntico objeto.
- d) Deve a União, o Estado ou o Município, ao ajuizar ação civil pública, comprovar que inclui, entre suas finalidades institucionais, a proteção do meio ambiente, ao consumidor ou ao patrimônio histórico e cultural, pena de extinção do feito por carência de ação.
- e) Ao ajuizar ação civil pública em defesa do meio ambiente ou do patrimônio histórico, deve o cidadão demonstrar que está no gozo de seus direitos políticos, comprovando-se sua cidadania com a apresentação do título eleitoral ou documento que a ele corresponda.

64) À luz da legislação ordinária vigente em nosso país, assinale a alternativa correta:

- a) Compete ao IBAMA exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental de atividades de pesquisas com organismos geneticamente modificados ou seus derivados.
- b) Compete à ANVISA exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental de atividades de pesquisas com organismos geneticamente modificados ou seus derivados.
- c) Compete à CTNBIO exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental de atividades de pesquisas com organismos geneticamente modificados ou seus derivados.
- d) Compete simultaneamente ao IBAMA, à ANVISA e à CTNBIO exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental de atividades de pesquisas com organismos geneticamente modificados ou seus derivados.
- e) Quanto aos aspectos de biossegurança de OGM e seus derivados, a decisão técnica do CONAMA vincula os demais órgãos e entidades da administração.

65) Qual é o instrumento de controle do Poder Público destinado a atestar a viabilidade ambiental de um empreendimento ou atividade?

- a) Relatório ambiental preliminar.
- b) Plano de manejo.
- c) Análise preliminar de risco.
- d) Estudo prévio de impacto ambiental.
- e) Licença prévia.

66) A que se destina a classificação dos corpos de águas, prevista no artigo 10 da Lei nº 9.433/97?

- a) Destina-se a definir o grau de responsabilidade civil e administrativa do poluidor no caso de sua degradação, para aplicação das normas federais, estaduais e municipais pertinentes à matéria pelos órgãos ambientais respectivos.
- b) Destina-se à fixação dos tributos ambientais devidos pelos usuários e decorre da aplicação do princípio do usuário-pagador, tudo de acordo com o que for estabelecido pela Agência Nacional de Águas.
- c) Destina-se ao reconhecimento da diferença e multiplicidade de usos desse recurso e é lastreada nas Resoluções do CONAMA. Os usos pretendidos vão ser discutidos e apontados no Plano de Recursos Hídricos. Para cada classe de água poderão ser estabelecidos parâmetros diferenciados de materiais flutuantes, demanda bioquímica de oxigênio, turbidez etc.
- d) Destina-se ao georreferenciamento dos pontos de captação para fins de fixação da competência dos Comitês de Bacia Hidrográfica por critérios espaciais (geográficos) em cada Unidade da Federação.
- e) Destina-se a subsidiar a aplicação dos artigos 71 a 83 do Código de Águas, para fins de fixação do direito de propriedade dos respectivos corpos d'água.

67) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os estudos necessários ao processo de licenciamento ambiental deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor.
- b) O licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber.
- c) Compete ao órgão ambiental estadual o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades localizados ou desenvolvidos ao longo de rios, ainda que de domínio federal.
- d) Compete ao IBAMA o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental localizadas em Estados que sejam limítrofes a outros países.
- e) Pode o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

68) Com relação aos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, patrimônio cultural brasileiro, e aos seus remanescentes, é correto afirmar:

- a) Não podem ser tombados em razão do princípio da auto-determinação dos povos, consagradas pelos Tratados Internacionais subscritos pelo Brasil.
- b) São os sítios bens constitucionalmente tombados e aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a sua propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.
- c) O regime jurídico que tutela este patrimônio cultural brasileiro é idêntico àquele estabelecido pela Constituição Federal para os territórios indígenas.
- d) Compete ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério da Justiça assistir e acompanhar o INCRA nas ações de regularização fundiária dos sítios referidos, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades.
- e) A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos é atestada mediante laudo antropológico firmado por, pelo menos, três profissionais de Universidades Federais.

69) Assinale a alternativa correta:

- a) Consumidor é a pessoa física ou jurídica destinatária de produto necessário ao desempenho de sua atividade lucrativa.
- b) Consumidor é a pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- c) Consumidor é tão somente a pessoa física destinatária de produto ou serviço necessário ao desempenho de sua atividade lucrativa.
- d) Consumidor é tão somente a pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- e) Consumidor é a pessoa física ou jurídica, ou ainda a coletividade indeterminada de pessoas que adquire um produto ou contrata um serviço necessário ao desempenho de sua atividade lucrativa ou simplesmente como seu destinatário final.

70) Em 1983, a General Motors do Brasil constatou defeito no sistema de freios dos carros Chevette fabricados entre 1 e 12 de março de 1982, promovendo a reparação do dano emergente através da chamada dos consumidores para substituição gratuita do produto (cf. reportagem de Quatro Rodas, ano XXIII, nº 275).

- a) Esta prática, conhecida como “recall”, está disciplinada pelo Código de Defesa do Consumidor, que impõe ao fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado do consumo, tiver conhecimento da periculosidade que apresenta, o dever de comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários.
- b) Esta prática tem por fundamento normas de Direito do Consumidor do país onde está sediada a fornecedora, não constituindo até hoje, no direito pátrio, norma positivada, por haver sido objeto de veto presidencial.
- c) O episódio constituiu mera liberalidade ou extrema precaução da empresa, já que havia sido suscitada apenas a possibilidade de um dano hipotético e não real, própria da sociedade de risco em que vivemos.
- d) Trata-se de obrigação legal imposta pelo Código de Defesa do Consumidor a todos os eventuais responsáveis por lesão a interesse difuso por excelência, de que a hipótese descrita é exemplo.
- e) Trata-se de hipótese de publicidade enganosa, nos termos do artigo 37, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor, pois constituiu informação de caráter publicitário inteira ou parcialmente falsa que induziu em erro os consumidores a respeito da qualidade do produto que se revelou defeituoso.

71) Nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada:

- I. A responsabilidade dos sócios é solidária, no que refere à integralização da totalidade do capital social e, até o prazo de cinco anos contados da data do registro da sociedade, no que refere à exata estimação dos bens conferidos ao capital social.
- II. Deve ser considerado remisso e, portanto, afastado da sociedade, o sócio que não integralizar o capital social, nos prazos e condições previstos no contrato social. À exclusão, entretanto, poderão os demais sócios preferir a indenização pelos danos emergentes da mora ou a redução da cota do sócio inadimplente ao montante por este já realizado.
- III. Será subsidiária a responsabilidade do sócio quanto às dívidas sociais – e, a depender da lei, solidária com a de administradores e outros sócios – quando se configurarem circunstâncias extraordinárias, tais como o recebimento de lucros fictícios ou ilícitos.
- IV. A responsabilidade dos sócios quanto às dívidas sociais é, em regra, subsidiária e solidária.
- V. Uma vez esgotado o capital social da sociedade por cotas – sem ocorrência de desvio, ato ilícito e/ou irregularidade de qualquer natureza – o sócio que integralizou o capital social nos prazos e condições previstas no contrato social está exonerado de qualquer responsabilidade quanto às dívidas sociais, ainda que um ou alguns dos demais sócios não tenha integralizado o valor de suas cotas, quando competia fazê-lo.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) As afirmativas I e IV estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão incorretas.
- e) As afirmativas I, II e III estão corretas.

72) Para a definição do âmbito de incidência e aplicabilidade do Direito Empresarial, aplica-se:

- I. A teoria dos atos de comércio, conforme tradicionalmente definida em lei, doutrina e jurisprudência, acrescida da teoria da empresa, conforme o novo código civil brasileiro.

- II. A teoria do empresário, conforme o novo código civil brasileiro, acrescida da teoria da prática de atos de comércio em massa.
- III. A teoria da empresa, com os contornos definidos pelo novo Código Civil Brasileiro, considerado empresário aquela pessoa natural ou jurídica que se organiza empresarialmente e está, como regra geral sujeita a poucas exceções, inscrita no Registro Público de Atividades Mercantis de sua respectiva sede, antes do início de qualquer atividade.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) Todas as afirmativas estão incorretas.
- d) Apenas a afirmativa I está correta.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

73) Quanto à exclusão de sócio:

- I. Deve ocorrer, obrigatoriamente, no caso de inadimplência das contribuições estabelecidas no contrato social, independentemente de previsão deste (contrato social) e da observância, pela sociedade e demais sócios, de qualquer outra formalidade diferente da constatação unilateral do não-pagamento.
- II. Poderá ocorrer, mediante decisão judicial em ação própria, independentemente de deliberação assemblear e previsão contratual, verificadas as hipóteses de incapacidade superveniente ou falta grave no cumprimento das obrigações sociais.
- III. Pode ser realizada pela maioria societária, inclusive sem justa causa, desde que, além de providas as formalidades de lei, o excluído receba o que for de direito.
- IV. Depende, como regra geral sujeita, inclusive, às exceções dos artigos 1.004 e 1.030 do novo Código Civil Brasileiro, de previsão específica do contrato social e deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, em assembléia ou reunião social, convocado o interessado para a ela comparecer e exercer sua defesa.
- V. Providas as formalidades de lei ou contrato, não poderá ser deliberada sem que o sócio excluído tenha violado, gravemente, obrigação ou dever social.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão incorretas.
- e) As afirmativas II, IV e V estão corretas.

74) A expressão “Padaria Aurora”:

- a) Indica o título de estabelecimento de um comerciante, pessoa natural ou jurídica, que atua no aludido ramo de atividade.
- b) É denominação social de uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada.
- c) É nome comercial de uma sociedade em nome coletivo, capital e indústria ou comandita simples.
- d) É firma social de uma sociedade civil.
- e) É firma ou razão individual de um comerciante que, em tal condição, atua no aludido ramo.

75) Segundo a legislação brasileira, terão obrigatoriamente Conselho de Administração e Diretoria:

- a) Apenas as companhias abertas.
- b) As companhias abertas, as de capital autorizado e as de economia mista.
- c) Apenas as companhias abertas e as de economia mista.
- d) Apenas as companhias de economia mista.
- e) Apenas as companhias de capital autorizado.

76) A ação de responsabilidade civil do administrador:

I. Só pode ser proposta no âmbito das sociedades anônimas.

II. Pode ser proposta no âmbito das sociedades anônimas e nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada.

III. Depende de prévia deliberação de assembléia geral, podendo os minoritários vencidos em tal deliberação promovê-la, em nome da sociedade, desde que titularizem um certo percentual, descrito por lei, do capital social.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa I está correta.
- c) As afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa III está correta.
- e) Todas as afirmativas estão incorretas.

77) O estabelecimento comercial:

- a) Tem natureza jurídica de universalidade de fato e é composto de bens, direitos e interesses, materiais e imateriais, necessários, úteis, convenientes e efetivamente aplicados ao exercício da empresa.
- b) Inclui, no caso do comerciante individual, seus bens pessoais, ainda que não aplicados ao exercício da empresa.
- c) Sua alienação é incondicionada e, ao teor da lei, pode ser livremente realizada, bastando para tanto, em qualquer hipótese, a só vontade do respectivo titular, seja pessoa natural ou jurídica.
- d) Pressupõe uma organização funcional e racional dos bens imóveis de titularidade do comerciante, o que implica um aumento do respectivo valor e do valor do fundo de comércio de cada qual, enquanto tais imóveis estiverem reunidos, ainda que sob uso particular do empresário.
- e) As alternativas **c** e **d** estão corretas.

78) À vista das seguintes afirmativas:

I. A nota promissória e o cheque são títulos que foram criados pelo direito brasileiro, em vista das necessidades do comércio à época de sua criação.

II. Em face das alterações trazidas pelo novo Código Civil Brasileiro, as debêntures são títulos que podem ser emitidos tanto por sociedades anônimas como por outras sociedades de capital, em especial as por cotas de responsabilidade limitada.

III. A duplicata é um título criado pelo legislador brasileiro e deve sua denominação ao fato de ter surgido, originalmente, como uma cópia da fatura, destinada à circulação.

IV. Havendo compra e venda e prestação de serviço a prazo, a emissão da fatura, como elemento de documentação da respectiva operação mercantil, é obrigatória. A emissão da duplicata, contudo e em idênticas circunstâncias, não é obrigatória.

V. As ações e as cotas sociais, bem como as partes beneficiárias e as debêntures, constituem títulos de crédito, além de representarem parcelas do capital de sociedades mercantis.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) As afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) As afirmativas III, IV e V estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa III está correta.
- e) As afirmativas III e IV estão corretas.

79) Para a alienação de ações de titularidade do Estado, em sociedades anônimas, é(são) condição(ões) inafastável(eis):

I. Autorização legislativa prévia e específica, segundo processo definido por normas de direito público (Constituição Federal, Constituição Estadual, Legislação Pertinente etc.)

II. Preço mínimo fixado por lei, após o esgotamento de minucioso e complexo trabalho de avaliação patrimonial da empresa.

III. Adoção de processo de seleção da melhor oferta de aquisição, segundo regime jurídico estabelecido pela legislação de direito público pertinente.

IV. Prévia autorização, por unanimidade, do Conselho de Administração da mesma companhia, bem como deliberação, por 2/3, de assembléia geral extraordinária, especialmente convocada para tal fim.

V. As descritas nos itens I e IV, supra, fixado o valor da oferta das ações pela Bolsa de Valores, no momento da alienação e segundo as condições do mercado.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) Apenas a afirmativa V está correta.
- b) Apenas a afirmativa V está incorreta.
- c) As afirmativas I e III estão corretas.
- d) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- e) As afirmativas I, III e IV estão corretas.

80) No que se refere à falência, em seu novo regime, considere as seguintes afirmativas:

I. A nova lei de falências e recuperação judicial abrange e se aplica às sociedades mistas, empresas públicas e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores.

II. O juízo universal da falência agora abrange e atrai as ações fiscais, em qualquer fase.

III. Os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, incluindo as multas tributárias, classificam-se com absoluta prioridade na falência, cedendo preferência, apenas, aos créditos, de qualquer natureza e valor, derivados da legislação do trabalho.

IV. À vista do regime da nova lei de falências e recuperação judicial – e como regra geral – permanece válido o entendimento de que (1) a natureza privilegiada do crédito tributário, (2) os privilégios processuais e de foro que cercam a execução fiscal e (3) o interesse genérico do Estado na preservação da empresa e sua atividade produtiva são circunstâncias que minimizam, quando não eliminam, qualquer interesse da Fazenda Pública no requerimento da quebra de seus devedores.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Todas as afirmativas estão incorretas.
- c) Apenas a afirmativa IV está correta.
- d) Apenas a afirmativa I está correta.
- e) As afirmativas II e III estão corretas.

81) Diante de contratação, mediante licitação, pelo Estado do Paraná de empresa de construção civil para realização de empreitada consistente na edificação de prédio para o futuro funcionamento de escola pública, assinale a alternativa correta no que interessa à defesa em face de reclamação de empregado da empresa privada que inclui no pólo passivo o ente público:

- a) Não há responsabilidade solidária ou subsidiária do Estado do Paraná pelos direitos dos trabalhadores eventualmente sonogados pela empresa, pois não há previsão legal para isso nem figura o ente público contratante como empresa construtora ou incorporadora.
- b) Não há responsabilidade solidária ou subsidiária do Estado do Paraná pelos direitos dos trabalhadores eventualmente sonogados pela empresa, pois a Lei de Licitações expressamente proibiu a transferência de qualquer responsabilidade da empresa contratada para o ente público contratante.
- c) O Estado do Paraná pode ser responsabilizado subsidiariamente pelos direitos dos trabalhadores eventualmente sonogados pela empresa contratada, pois não se cuida de serviços de vigilância, conservação, limpeza ou de serviço especializado ligado à atividade-meio do tomador do serviço, não se aplicando a proibição presente na legislação de licitação.
- d) O Estado do Paraná pode ser responsabilizado solidariamente pelos direitos dos trabalhadores eventualmente sonogados pela empresa contratada, visto que se trata de *marchandage*, contratação por empresa interposta, o que é ilegal.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

82) Assinale a alternativa correta quanto à contratação de empresas privadas para prestação de serviços:

- a) O empregado de empresa privada contratada pelo Estado que tenha desempenhado atribuições idênticas às de empregado público contratado sob o regime da CLT, com igualdade de tempo na função, na mesma localidade e no mesmo local e com iguais produtividade e perfeição técnica tem direito a diferenças salariais, se menor o seu salário que o do paradigma.
- b) A contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta, por empresa pública ou sociedade de economia mista, para o desempenho de “atividade-fim” desta, pode gerar direito ao reconhecimento de vínculo com o ente tomador de serviços, se presentes os requisitos configuradores da relação de emprego, dada a equiparação de tais entidades com empresas privadas, para todos os efeitos.
- c) Na responsabilização subsidiária do Estado não é possível imputar a este direitos decorrentes exclusivamente de negociação ou dissídio coletivo de trabalho a que se sujeite a empresa contratada, pois ao ente público é vedado se submeter a tais obrigações, além de não ter participado da negociação nem sido parte no dissídio.

- d) É dispensável a inclusão do tomador dos serviços no pólo passivo da execução que este tenha participado da relação processual, desde que a insolvência da empresa prestadora dos serviços objeto do contrato tenha se verificado depois de proferida a sentença de mérito, e seja incontroverso que o trabalho se deu em proveito daquele.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

83) João dos Anzóis, tendo mantido com o Estado do Paraná um contrato de trabalho iniciado em 04/10/1988 e convertido em cargo público em 21/12/1992 por força de adoção do regime jurídico estatutário, tendo seu vínculo com a Administração extinto em 31/12/2005, apresentou reclamação na Justiça do Trabalho em 01/02/2007, postulando prestação jurisdicional no sentido da condenação do ente público ao pagamento de diferenças de FGTS durante o período em que seu relacionamento era regido pela CLT. Assinale a alternativa correta quanto à defesa a ser apresentada, no que interessa à prescrição:

- a) Não é cabível argüir prescrição total, pois a demanda foi apresentada menos de dois anos após o encerramento do vínculo em 31/12/2005, e a conversão operada em 21/12/1992 não operou extinção do contrato, uma vez que a prestação dos serviços continuou inalterada.
- b) É cabível argüir a prescrição total, pois a demanda foi apresentada mais de dois anos após a conversão operada em 21/12/1992, que implicou na extinção do contrato, embora persistindo a prestação dos serviços.
- c) Não cabe alegar prescrição no caso, pois apresentada a ação no biênio após o encerramento do vínculo, e a prescrição do FGTS é trintenária.
- d) Não cabe alegar prescrição no caso, pois, tratando-se de relação de trabalho, não pode a lei fazer distinção entre trabalhadores para os efeitos da prescrição se a Constituição não o faz, tendo o autor, ademais, respeitado o biênio do encerramento do vínculo e o prazo trintenário específico.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

84) Diante da atual definição da competência da Justiça do Trabalho, assinale abaixo a alternativa correta:

- a) É incompetente a Justiça do Trabalho para examinar e julgar as ações decorrentes de acidente de trabalho onde servidor celetista pleiteia indenização por danos morais, dada a natureza dessa matéria, afeta ao Direito Civil.
- b) É competente a Justiça do Trabalho para examinar e julgar as ações de indenização por acidente de trabalho formulada por servidor público, independentemente da natureza do vínculo, pois o regime jurídico único deixou de existir.
- c) É incompetente a Justiça do Trabalho para promover a execução fiscal relativamente a créditos oriundos de penalidade aplicada pelo Ministério do Trabalho.
- d) Há competência residual da Justiça do Trabalho para o exame de ação de servidor regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos que teve seu contrato convertido, quanto ao período em que seu vínculo era regido pela CLT.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

85) Tendo sido absolvido pelo Juízo de 1º grau em face da reclamação no sentido de anotar a CTPS do autor pelo reconhecimento da existência de vínculo de emprego no período de 01/12/1988 a 31/10/1989, e assim indeferidos os pleitos decorrentes, viu-se surpreendido o Estado do Paraná com a publicação de acórdão que reforma a sentença, reconhecendo o vínculo de emprego no período citado e determinando a baixa dos autos à origem para o exame dos demais pedidos formulados. Diante do exposto, assinale a alternativa correta quanto à defesa do Estado:

- a) Não cabe recurso de revista de imediato, pois se trata de decisão interlocutória, insuscetível de reexame pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- b) Cabe recurso de revista imediatamente, uma vez que o reconhecimento de vínculo contraria Súmula do TST.
- c) O acórdão não é sujeito a recurso de revista, mas a recurso extraordinário, pela flagrante violação do texto constitucional.
- d) O acórdão está sujeito a recurso de revista e a extraordinário, imediatamente, por violação da Constituição e divergência com Súmula do TST.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

86) Considere as seguintes afirmações sobre os recursos na Justiça do Trabalho:

- I. Toda sentença contrária aos interesses da Fazenda Pública está sujeita ao duplo grau de jurisdição.**
 - II. A desistência do recurso pela parte implica em prejuízo ao recurso interposto adesivamente, ainda que o recorrente adesivo seja pessoa jurídica de direito público.**
 - III. A decisão condenatória proferida contra o Estado do Paraná não admite execução provisória, pois esta segue até a penhora, ônus que não pode afetar bens públicos e, além disso, está sujeito à forma específica de execução.**
 - IV. O recurso de revista é, em tese, cabível mesmo quando ausente o recurso ordinário contra a sentença antecedente, quando o acórdão agrava a condenação em face de recurso da parte adversa.**
 - V. Estão sujeitos a agravo de instrumento, unicamente, os despachos que denegarem seguimento a recursos.**
- a) Está correta apenas a afirmação V.
 - b) Estão corretas apenas as afirmações II e V.
 - c) Estão corretas apenas as afirmações I e III.
 - d) Estão corretas apenas as afirmações II, IV e V.
 - e) Nenhuma das afirmações é correta.

87) Sobre a execução na Justiça do Trabalho das sentenças proferidas contra a Fazenda do Estado, é correto dizer:

- a) Os juros de mora na liquidação da sentença proferida em face de ação movida por empregado público deve ser calculado à razão de 1% (um por cento) até agosto de 2001 e 0,5% (meio por cento) desde essa data, independentemente de a ação ter sido proposta antes dessa data, se a sentença de mérito não estabelece explicitamente critério diverso.
- b) Cabe retenção do valor do desconto previdenciário incidente sobre parcela de natureza salarial apurada em demanda trabalhista, mesmo que a sentença de mérito, transitada em julgado, tenha declarado a incompetência da Justiça do Trabalho, se a decisão foi proferida em data anterior à Emenda n° 20 à Constituição Federal.
- c) O imposto de renda incidente sobre as parcelas salariais deve ser calculado pelo chamado “regime de competência”, isto é, calculado considerando as bases de cálculo e alíquotas incidentes em cada mês, desde que a sentença de fundo não fixe critério diverso.
- d) Os juros de mora incidem sobre a importância da condenação já corrigida monetariamente, mas, caso o pagamento pelo devedor não quite o crédito na integralidade, o valor remanescente deverá ser apurado considerando o montante pago e acrescido dos juros calculados até então, pois já incorporados ao crédito.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

88) Quanto ao regime previdenciário dos servidores públicos estaduais, é correto dizer:

- a) O servidor público civil ocupante, exclusivamente, de cargo declarado em lei de livre nomeação e exoneração é contribuinte obrigatório da previdência social sob o regime geral, independentemente do período do exercício.
- b) Dada a natureza estatutária da relação entre o servidor ocupante de cargo declarado em lei de livre nomeação e exoneração e a Administração Pública, não cabe filiação ao regime geral de previdência e sim ao regime próprio.
- c) A contribuição do regime geral da previdência para os servidores ocupantes de cargos declarados em lei de livre nomeação e exoneração é obrigatória, a partir da vigência da Emenda nº 20 à Constituição Federal.
- d) O Estado pode instituir, para os servidores ocupantes de cargos declarados em lei de livre nomeação e exoneração, um terceiro regime previdenciário, contendo disposições que atendam às situações peculiares decorrentes da natureza administrativa do vínculo.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

89) Sobre a execução específica dos créditos contra a Fazenda Pública Estadual na Justiça do Trabalho, considere as seguintes afirmações:

- I. A exceção constitucionalmente estabelecida para os créditos de natureza alimentar não implica que estes estão dispensados de sujeição a precatório requisitório.
- II. Poderá o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, a requerimento do credor, determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação do valor total constante do ofício requisitório, quando, vencido o prazo fixado na Constituição, não providenciar o ente público o depósito do seu valor.
- III. O Estado do Paraná tem competência para estabelecer o limite para o pagamento das obrigações oriundas de reclamações trabalhistas como Obrigação de Pequeno Valor, mas deverá observar, na edição do ato normativo respectivo, o valor mínimo de 40 (quarenta) vezes o salário mínimo para atendê-las por tal modo.
- IV. A despeito da coisa julgada formada em fase de liquidação do julgado, os valores constantes de Precatório Requisitório podem ser revistos quando o requerente aponte incorreções nos cálculos, indicando o valor que entende correto, e o defeito na conta esteja ligado à incorreção material ou adoção de critério em desacordo com a lei ou o título executivo judicial, não tendo sido o critério objeto de debate e decisão na fase de conhecimento ou na de execução.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- a) Estão corretas apenas as afirmações I e II.
- b) Estão corretas apenas as afirmações III e IV.
- c) Estão corretas apenas as afirmações I e IV.
- d) Estão corretas apenas as afirmações II e III.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

90) Relativamente ao acidente de trabalho, é correto afirmar:

- a) O empregado tem direito à estabilidade pelo período de 12 meses após a ocorrência de evento definido em lei como acidente de trabalho, independentemente da comunicação do fato e da concessão de auxílio previdenciário.
- b) Para efeito de cálculo da duração das férias e do valor da gratificação natalina, não são descontáveis as faltas ou ausências decorrentes de acidente de trabalho.

- c) Tem o empregado ação indenizatória por eventuais danos decorrentes de acidente de trabalho em face do Estado, quando este for o empregador, independentemente da verificação de dolo ou culpa grave, em virtude da responsabilidade objetiva.
- d) Estão corretas as alternativas **b** e **c**.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

91) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os princípios de Direito Penal garantem que a interpretação dos casos penais, em quaisquer circunstâncias, deva ser realizada sob a égide de um sistema penal legalista, ou seja, vinculado ao formalismo legal, a um juízo de subsunção do fato à letra da lei.
- b) O princípio da legalidade tem como um de seus corolários a reserva legal (artigo 1º do Código Penal), de modo que as condutas criminosas somente podem ser definidas através de norma legal federal.
- c) A corrente neo-retribucionista em Direito Penal tem influenciado a política criminal, segundo a qual a efetiva aplicação e execução das penas garantem a função preventiva geral positiva, bem como tem inspirado o movimento chamado de *law in order*.
- d) O princípio da intervenção mínima em Direito Penal tem dois importantes corolários: a fragmentariedade e a subsidiariedade. O primeiro preconiza que somente os bens jurídicos mais relevantes merecem tutela penal, bem como apenas os ataques mais intoleráveis a estes merecem disciplina penal, enquanto o segundo prescreve que a intervenção penal só tem legitimidade quando outros ramos do Direito não oferecem solução satisfatória aos conflitos.
- e) O princípio jurídico-penal da tipicidade garante a proibição da aplicação da analogia *in malam partem* em Direito Penal.

92) Sobre a tipicidade, atributo do conceito analítico de crime, é incorreto considerar:

- a) Sua compreensão moderna abrange uma dimensão formal (subsunção do fato à norma) e outra material (relacionada à qualidade da ofensa ao bem jurídico tutelado), de modo que a conduta praticada, por exemplo, em legítima defesa é materialmente atípica e, portanto, não criminosa.
- b) A consideração da imputação objetiva da conduta e do resultado (teoria da confiança, permissibilidade do risco, qualidade do resultado e papel social) é importante para a compreensão de uma conduta, independentemente do dolo do sujeito, ser ou não penalmente típica.
- c) Os tipos omissivos próprios não podem ser realizados na modalidade tentada.
- d) Os tipos compostos ou plurinucleares são regidos pelo princípio da alternatividade a fim de ser solucionada situação de conflito aparente entre normas penais.
- e) O contrabando de uma mercadoria, cujo imposto a pagar era de valor insignificante, descaracteriza a censura da conduta, sem, no entanto, afastar a tipicidade penal definida no artigo 334, do Código Penal.

93) Durante discussão acontecida na Assembléia Legislativa, o deputado estadual “A” dispara um tiro contra o deputado “B” com intenção de matá-lo, porém causa-lhe apenas lesão corporal. Ocorre que o mesmo projétil que atravessou o ombro de “B”, atingiu o tórax do presidente da Assembléia “C”, causando-lhe a morte, resultado não querido por “A”. É correto afirmar:

- a) Houve *aberratio ictus*, aplicando-se a regra do concurso formal perfeito.
- b) Houve *aberratio criminis*, aplicando-se a regra do concurso formal imperfeito.
- c) Houve erro na execução, aplicando-se a regra do concurso formal imperfeito.
- d) Houve *error in personae*, aplicando-se a regra do concurso formal perfeito.
- e) Houve *aberratio criminis* por acidente, aplicando-se a regra do concurso formal perfeito.

94) A pessoa que danifica bem pertencente ao patrimônio do Estado, sob o domínio de violenta emoção como reação imediata à injusta provocação realizada por um servidor público no exercício da função pública, realiza o crime de:

- a) Dano simples, haja vista que a violenta emoção é uma circunstância atenuante genérica de natureza subjetiva, portanto incompatível com a circunstância qualificadora relacionada à importância do bem jurídico tutelado, que possui natureza objetiva.
- b) Dano qualificado, sem qualquer atenuante decorrente da violenta emoção, pois a vítima se trata de pessoa jurídica de direito público.
- c) Dano simples, sem qualquer atenuante, pois a previsão do § 1º do artigo 121, do Código Penal, não pode ser empregada por analogia à hipótese de crime de dano.
- d) Dano qualificado coma atenuante genérica prevista na letra “c”, do inciso III, do artigo 65, do Código Penal.
- e) Dano qualificado, sem qualquer atenuante, pois o inciso I, do artigo 28, do Código Penal, prescreve que a emoção e a paixão não excluem a imputabilidade penal.

95) Considerando a conduta do sócio-gerente de empresa contribuinte indireta do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (inciso II, do artigo 155, da Constituição da República) que, no mês de maio de 2006, com o fim de não recolher o tributo, deixa de declarar ao Fisco a incidência do referido imposto sobre os negócios não isentos que realizou, é correto considerar:

- a) O sócio-gerente poderá ser criminalmente responsabilizado, porque realizou crime contra a ordem tributária, definido no inciso I, do artigo 1º da Lei nº 8.137/90. Contudo, o recebimento da ação penal pública dependerá da conclusão do processo administrativo-fiscal que houver sido instaurado pela Administração Pública Fazendária, pois o lançamento definitivo é condição objetiva de punibilidade desse crime, de modo que, se ausente a condição, não haverá justa causa para a ação penal.
- b) O sócio-gerente poderá ser criminalmente responsabilizado, porque realizou o tipo definido no inciso I, do artigo 2º da Lei nº 8.137/90. Nesse caso a ação penal pública poderá ser recebida independentemente do término do processo administrativo-fiscal que houver sido instaurado pela Administração Pública Fazendária, haja vista a independência entre as instâncias penal e administrativa.
- c) O sócio-gerente poderá ser criminalmente responsabilizado, porque realizou crime contra a ordem tributária, definido no inciso I, do artigo 1º, da Lei nº 8.137/90. O recebimento da ação penal pública independe do término do processo administrativo-fiscal que houver sido instaurado pela Administração Pública Fazendária, haja vista a independência entre as instâncias penal e administrativa.
- d) O sócio-gerente poderá ser criminalmente responsabilizado, porque realizou o crime definido no inciso I, do artigo 2º da Lei nº 8.137/90. Contudo, uma ação penal pública somente poderá ser recebida após a conclusão do processo administrativo-fiscal que houver sido instaurado pela Administração Pública Fazendária, que é condição de procedibilidade para o recebimento da denúncia.
- e) O comportamento não é criminoso, porque a contribuinte no caso é a empresa e a responsabilidade penal da pessoa jurídica é permitida pela Constituição da República somente em casos de crimes ambientais, contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular, sendo que somente em relação aos ambientais houve tipificação (artigos 225, § 3º e 173, § 5º, da Constituição, bem como artigos 3º e 21 a 24 da Lei nº 9.605/98).

96) O delegado de polícia que no exercício da função exige de pessoa legalmente presa importância em dinheiro para deixar de formalizar o respectivo flagrante, realiza:

- a) Apenas o crime definido no artigo 158, *caput*, do Código Penal, porque o dispositivo não excluiu o servidor público da figura típica.
- b) O crime definido no artigo 146, do Código Penal, em concurso formal com o definido no artigo 316, do mesmo Código.

- c) O crime definido no artigo 316, do Código Penal, que é crime próprio.
- d) O crime definido no artigo 322, do Código Penal, que é crime próprio.
- e) O crime definido no artigo 316, do Código Penal, em concurso formal com o artigo 350, inciso IV, do mesmo Código, haja vista que esse inciso não foi revogado pela Lei nº 4.898/65, que define os crimes de abuso de autoridade.

97) Considerando o sujeito passivo nos crimes contra a honra, é correto concluir:

- a) Segundo a corrente majoritária na doutrina, as pessoas jurídicas de direito privado e as de direito público podem ser vítimas de difamação e de calúnia.
- b) Segundo a corrente majoritária na doutrina, as pessoas jurídicas de direito privado e as de direito público podem ser vítimas apenas de difamação.
- c) Somente as pessoas jurídicas de direito privado podem ser vítimas de difamação.
- d) As pessoas jurídicas de direito público somente podem ser vítimas de difamação; no entanto, segundo corrente doutrinária majoritária, as de direito privado podem ser vítimas de difamação e de calúnia.
- e) As pessoas jurídicas de direito privado e as de direito público podem ser vítimas de difamação e de injúria.

98) Acerca da execução da pena de multa fixada pela Justiça Criminal Estadual, é correto afirmar:

- a) Porque a dívida é de valor, a execução da multa objetiva o pagamento de uma soma em dinheiro que, mesmo não realizado por dolo depois de esgotados os meios executórios, jamais poderá ensejar a conversão dessa sanção em prisão.
- b) Não paga a multa, a titularidade para promover a execução da dívida será do Ministério Público, haja visto o artigo 164, da Lei de Execução Penal.
- c) A cobrança da multa deve ser feita pela Fazenda Pública Estadual e, subsidiariamente, pelo Ministério Público após o crédito ser constituído como título executivo, através de sua inscrição em dívida ativa, observando-se, para tanto, a Lei nº 6.830/80.
- d) A exigibilidade da multa não paga no prazo legal deverá ser de iniciativa exclusiva da Procuradoria Geral do Estado, sendo, porém, desnecessária a inscrição do débito em dívida ativa, pois a obrigação não possui natureza tributária.
- e) A cobrança da multa deve ser feita pela Fazenda Pública e, subsidiariamente, pelo Ministério Público, sem, contudo, ser necessária a inscrição do débito em dívida ativa, pois a obrigação tem natureza penal e não tributária.

99) No tocante à prova no processo penal brasileiro, é incorreto afirmar:

- a) Sua valoração é limitada pelo princípio da *verdade legal* pois, à luz do moderno garantismo, no julgamento do caso penal a convicção do juiz está subordinada a critérios de valor predeterminados em lei.
- b) Em relação à produção da prova, prevalece o princípio da *verdade real*.
- c) Todas as provas são relativas, inclusive a confissão, que não tem, necessariamente, maior valor do que outra prova.
- d) Apesar de adstrito às provas constantes nos autos, o juiz é livre para apurar os fatos independentemente da iniciativa da acusação e da defesa.
- e) Segundo o princípio do *favor rei*, quando há incerteza quanto ao fato imputado, nunca poderá suceder uma sentença de condenação.

100) Em relação ao princípio da defesa, é incorreto afirmar:

- a) Eventual recusa de colaboração para a produção de prova contra si não configura crime de desobediência.
- b) O suspeito de estar dirigindo embriagado não é obrigado a se submeter ao bafômetro, pois ninguém pode ser obrigado a produzir prova contra si mesmo.
- c) O direito à ampla defesa significa que, com exceção da defesa pessoal que é disponível, o Estado deve assegurar a defesa técnica durante todo o processo penal, independentemente das circunstâncias.
- d) A revelia somente acontece quando o réu não comparecer para exercer o direito de audiência, após estar ciente da imputação ou recusar-se a tal ciência.
- e) Haverá nulidade processual, se o réu preso não for pessoalmente intimado e conduzido para estar presente a atos da instrução processual, em razão do princípio da ampla defesa.